

# Anais

**SEMINÁRIO INTERNO DE PESQUISAS**

**GITEP/LINHA 2:**

**UMA COMUNIDADE INTELLECTUAL LIVRE**



# **Anais**

## **Seminário Interno de Pesquisas GITEP/Linha 2: uma Comunidade Intelectual Livre**

**2023**

### **Realização**

**Universidade Católica de Pelotas - UCPel**

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos

Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça

GITEP – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários

### **Coordenação**

Aknaton Toczeck Souza

Christiane Russomano Freire

Felipe Lazzari da Silveira

Luiz Antônio Bogo Chies

### **Produção editorial do Anais:**

Luiz Antônio Bogo Chies

### **Revisão textual:**

dos Autore(a)s

**ISBN - 978-65-00-92455-8**

# Sumário

- 4 O evento**
- 5 Programação**
- 8 Resumos**
- 47 Índice de Resumos**
- 50 Índice de Autoras e Autores de Resumos**

## O evento

Realizado entre os meses de outubro a dezembro de 2023 e se dinamizando através de encontros periódicos entre docentes, discentes de pós-graduação e egressos do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais Penitenciários e da Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça, do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, o Seminário Interno busca fomentar a interlocução acadêmica, para fins de favorecer o adensamento da produção científica no âmbito da mencionada Linha de Pesquisa e Grupo.

Nesse sentido, a partir da apresentação e discussão das pesquisas que se desenvolvem no âmbito da Linha e Grupo, identifica e potencializa relações dialógicas e colaborativas para o desenvolvimento de projetos de Dissertações e Teses, além de favorecer o compartilhamento de perspectivas epistemológicas e metodológicas.

Promove uma cultura acadêmica correspondente a expectativa de “Comunidades intelectuais livres”, como proposta pelo sociólogo Charles Wright Mills, ou seja: espaços e práticas que visam “[u]m intercâmbio corrente, informal, dessas revisões do ‘estado dos meus problemas’ entre cientistas sociais ativos”.

## Programação:

### 1ª Sessão - dia 10 de outubro

#### Egresso convidado:

Dr. Samuel Malafaia Rivero - Entre paradigmas e o *branding*: o case da municipalização da segurança pública em Pelotas-RS

#### Pós-Graduando(a)s:

Douglas de Souza Garbe (Doutorado) - A violência institucional e o micropoder exercido nos órgãos de segurança pública

Marcelo Rossabach Aldado (Doutorado) - Políticas Públicas de Segurança: Observatórios Gabinetes Integrados da Região Sul do Rio Grande do Sul

Raíssa Ferreira Miranda (Mestrado) - "Pelo direito a vida": uma análise do neoconservadorismo na disputa pelo direito ao aborto

Wendell Petrachim Araujo (Mestrado) - Direito Penal Militar e Direitos Humanos: análise da violência hierárquica na tradição militar brasileira

### 2ª Sessão - dia 31 de outubro

#### Egresso convidado:

Ms. José Mário Brem da Silva Junior - Poderá o monitoramento eletrônico de presos ser emancipatório? um estudo de caso sobre a implementação do monitoramento eletrônico de pessoas na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul

#### Pós-Graduandas:

Mariane Braga dos Santos (Mestrado) - Uma análise do direito à educação na Penitenciária Estadual de Rio Grande

Marina Beier (Mestrado) - A jornada da maternidade: uma análise do acesso à saúde de mulheres grávidas encarceradas

Patrícia Dutra Frank (Mestrado) - A feminização da pobreza: a realidade das mães solas da escola infantil Dom Antonio Zattera

Rafaela Peres Castanho (Doutorado) - A (des)atenção das políticas penais em relação aos filhos das pessoas encarceradas

### **3ª Sessão - dia 14 de novembro**

#### **Egresso convidado:**

Dr. Miguel Antônio da Silveira Ramos - Inteligência artificial e Poder Judiciário: o dilema do uso de robôs-juizes para fins de decisão em relação às garantias individuais e estruturais do direito fundamental de acesso à Justiça

#### **Pós-Graduando(a)s:**

Lara Botelho Crochi (Mestrado) - Prisão e remição por leitura: estudo de caso em Pelotas, Rio Grande do Sul  
Nathalia Pôrto Pereira (Mestrado) - Estrangeiros uruguaios presos: uma agenda para questão penitenciária no Rio Grande do Sul  
Marina Nogueira Madruga (Doutorado) - Polícia Penal no Rio Grande do Sul: avanços e/ou retrocessos nas Políticas de Serviços Penais  
Otávio Luís Siqueira Couto (Doutorado) - O caso dos brasileiros presos no Centro Penitenciário de Rémire-Montjoly  
Rita de Cássia Sodré Silva (Mestrado) - Literatura e prisão - uma análise cartográfica do discurso literário de pessoas privadas de liberdade

### **Sessão 4 - dia 28 de novembro**

#### **Egressa convidada:**

Dra. Marina Portella Ghiggi - Vulnerabilidade etária no cárcere: ausência de reconhecimento do idoso nas políticas públicas penitenciárias brasileiras

#### **Pós-Graduando(a)s:**

Ingrid Fagundes Ziebell - A cadeia de custódia e a (não) aplicação do instituto nos procedimentos criminais de Pelotas  
Julia Cristina Marques Vilas Boas (Mestrado) - Redpill e machosfera: violência neomachista e extrema direita em uma análise de discurso  
Kananda Peixoto Nunes Nunes (Mestrado) - A efetividade da atuação municipal em segurança pública: Pelotas no centro da discussão  
Pedro Postal (Mestrado) - Aspectos genealógicos da ordem pública: entre a segurança e a repressão

## 5ª Sessão 5 - 12 de dezembro

### Egressas convidadas

Dra. Flávia Giribone Acosta Duarte - Famílias binacionais de pessoas privadas de liberdade e proteção social na fronteira: um estudo comparativo nas cidades gêmeas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)

Ms. Jiulia Estela Heling - Os desafios da Defensoria Pública na garantia de acesso à justiça dos presidiários: um estudo de caso na comarca de Pelotas, RS

### Pós-Graduandas:

Angélica Martins Mendes Brusamarello (Mestrado) - A importância das iniciativas e Políticas Sociais na prevenção e combate à violência contra a mulher no município de Pelotas-RS

Nilva Oliveira de Oliveira (Mestrado) - Impactos do processo de regionalização do encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande

## Resumos da 1ª Sessão

### **Egresso convidado:**

Dr. Samuel Malafaia Rivero - Entre paradigmas e o *branding*: o case da municipalização da segurança pública em Pelotas-RS

### **Pós-Graduando(a)s:**

Douglas de Souza Garbe (Doutorado) - A violência institucional e o micropoder exercido nos órgãos de segurança pública

Marcelo Rossabach Aldado (Doutorado) - Políticas Públicas de Segurança: Observatórios Gabinetes Integrados da Região Sul do Rio Grande do Sul

Raíssa Ferreira Miranda (Mestrado) - "Pelo direito a vida": uma análise do neoconservadorismo na disputa pelo direito ao aborto

Wendell Petrachim Araujo (Mestrado) - Direito Penal Militar e Direitos Humanos: análise da violência hierárquica na tradição militar brasileira



## ENTRE PARADIGMAS E O *BRANDING*: O CASE DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PELOTAS-RS

Samuel Malafaia Rivero

Esta tese investiga o processo de municipalização das políticas de segurança pública em Pelotas (RS) entre os anos de 2017 a 2020, a partir de um estudo de caso, como foco na construção e implementação da primeira Secretaria de Segurança Pública no Município. As mudanças recentes na cena criminal dos Municípios da zona sul do estado do Rio Grande do Sul (RS), especificamente, as experimentadas pela e na cidade de Pelotas. Os efeitos dessas mudanças no contexto político municipal, com o surgimento de novas demandas, novas preocupações e novas potencialidades políticas e eleitorais a serem exploradas, no caso, as relacionadas ao campo da segurança pública. Foram mapeados e entrevistados os atores relevantes envolvidos no processo, os projetos, objetivos, desafios, permeabilidades e impermeabilidades, bem como, as orientações paradigmáticas da política pública de segurança reproduzidas e/ou perseguidas. O trabalho está ancorado no campo das políticas sociais e parte da premissa de que a segurança é um direito social e, como tal, precisa ser investigado e analisado. Como referencial teórico busca suporte em Pierre Bourdieu, a partir do qual se compreende possível analisar o campo da segurança pública e suas dinâmicas que envolvem disputas com outros campos e por capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos; bem como na ideia do autoritarismo socialmente implantado, de Paulo Sérgio Pinheiro. Neste contexto se verifica que as concepções de Estado, governo, segurança e ordem são constantemente construídas e reconstruídas, pensadas e repensadas. Autores nacionais como José Vicente Tavares dos Santos, Luiz Eduardo Soares, Renato Sérgio de Lima, Sérgio Adorno, entre outros são utilizados para a compreensão dos contemporâneos movimentos em relação às políticas de segurança pública no Brasil. Também se vale dos paradigmas da Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã para analisar os dados e discursos. Como resultados identificamos que a busca por novas formas de enfrentar a violência e a criminalidade encontra seus limites nos obstáculos e armadilhas impostos por uma estrutura social autoritária e ainda muito refratária às políticas de segurança com cidadania, bem como nas disputas de diferentes campos (econômico, político, segurança). As iniciativas se concentram em políticas nas quais permanecem antigos habitus repressivos, reativos e autoritários, onde o campo da segurança permanece refratário a aproximação com outros campos. Sabe-se que no Brasil a Constituição de 1988 positivou muitos avanços democráticos, especialmente no âmbito dos direitos sociais. Todavia, o caminho da positivação para a efetivação é um desafio em pleno curso. Os avanços enfrentam resistências, contradições e também muitos recuos que precisam ser identificados e problematizados.

## A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E O MICROPODER EXERCIDO NOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Douglas de Souza Garbe

O micropoder exercido na segurança pública apresenta peculiaridades, pois esta é uma das poucas instituições públicas em que ofensas, gritos e abusos de toda sorte são aceitos por quem a pratica e por quem as sofre. Há nestes espaços uma cultura institucional autofágica, que se auto destrói, em virtude de um padrão de conduta tradicional de hostilidade que se retroalimenta por vários anos, existindo muito pouco questionamento. Acreditando estar em uma guerra que não existe a hierarquia se fundamenta e se valida por si só, nestes ambientes de segurança pública. De modo que em respeito a esta hierarquia, a utilização da violência e do desrespeito é justificável e tolerada para disciplinar o infrator que questionou ou quebrou as regras da hierarquia, mesmo por mais branda que ela seja. Neste micro contexto, o agente não mais vê aquele suposto infrator como seu semelhante, mas sim, como um inimigo que lhe deve obediência e merece ser castigado ou perseguido. A questão do micropoder exercido no âmbito da segurança pública traduz uma mentalidade inquisitorial que conserva rescaldos autoritários, que pode se apresentar em diversas formas de violência, seja ela moral, psicológica, física ou simbólica, a ponto de devastar a dignidade e a identidade do indivíduo. Mais graves são as violências institucionais silenciosas que ocorrem dentro do espaço de segurança pública, sendo ela difusa que inexiste portanto, quaisquer força física, mas somente demonstração de poder que geram efeitos, como por exemplo, ser desprezado, excluído, ridicularizado, ter acesso negado injustamente a alguma atividade ou serviços. Não são poucos os relatos de agentes de segurança pública que foram e são vítimas de violência psicológica, ofensas verbais e humilhações em um microcontexto de trabalho, sobretudo, mulheres. Contudo, ao observar de forma empírica, percebe-se que a maior parte destes abusos e arbitrariedades, embora graves, são banalizados e internalizados pelas vítimas que sofreram a violência, sendo raramente documentados. Frequentemente a violência institucional nos ambientes de segurança pública se inicia quando um `subordinado` questiona ou reage ao autoritarismo de um chefe, ou se recusa a deixar-se subjugar. É uma capacidade de resistir a autoridade, apesar das pressões, que a leva a tornar-se um alvo. Neste sentido, o estudo em tela, busca tentar compreender essa lógica violenta de micropoder exercido nos órgãos de segurança pública que é pautado no embrutecimento, na arbitrariedade e no medo. Neste prisma, como forma de delimitação do tema, o trabalho tem como escopo a análise da instituição Polícia Civil de Santa Catarina. No que concerne ao problema, o estudo busca averiguar o comportamento violento que se constrói e se desenvolve internamente na instituição, criando uma instituição autofágica que tem dificuldades de resolver situações simples do cotidiano sem coação ou perseguições. A

**Seminário Interno de Pesquisa GITEP / Linha 2**  
**Uma comunidade intelectual livre**

justificativa se fundamenta sobretudo pelo fato de ser um tema pouco explorado no espaço acadêmico e sobretudo, por conta da subnotificação destes casos. Os principais referenciais teóricos são: Bourdieu, Foucault e Nibert Elias. A metodologia do trabalho utilizará farta literatura sobre o tema, mas também realizará entrevistas e levantamento de dados concretos da instituição e ainda idas a campo. A fase da pesquisa no tocante a bibliografias está em processo avançado, com obtenção de algumas autorizações e dados para o enriquecimento do estudo.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA: OBSERVATÓRIOS GABINETES INTEGRADOS DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

Marcelo Rossbach Aldado

Diante da complexa situação de violência no Brasil e da incapacidade do Estado em estabelecer um amplo plano de segurança, surge a necessidade de compreender os paradigmas da segurança pública no país e sua articulação ao longo do tempo e do cenário político brasileiro, justificando as novas perspectivas de combate à criminalidade e à violência. Os governos contemporâneos no Brasil têm reestruturado o Estado para atender às dinâmicas sociais. No contexto que envolve as demandas sociais e a Segurança Pública, essa relação tem sido conflituosa nas últimas décadas. Antes de abordar as políticas públicas de segurança atuais no Brasil, é necessário buscar elementos para compreender os alicerces dos modelos de gestão pública brasileira e relacioná-los aos paradigmas vigentes na área da segurança pública. Em relação às políticas públicas de segurança, destaca-se recentemente o investimento no contingente policial, na modernização da comunicação e nas frotas de veículos. No entanto, essas medidas têm contribuído pouco para adequar o funcionamento das forças de segurança às exigências do estado democrático de direito. Os modelos de segurança pública têm mantido medidas criminalizadoras e repressivas, em detrimento de ações de proteção social, resultando em altos índices de violência nos municípios. A municipalização da Segurança Pública tem sido discutida na gestão pública, pois os métodos tradicionais de combate à violência não conseguiram reduzir os índices de criminalidade, especialmente nas áreas urbanas. Com o objetivo de subsidiar as forças de segurança e gerenciar a informação sobre ocorrências criminais na região sul do Rio Grande do Sul, cidades como Pelotas, Rio Grande e Bagé organizaram, a partir de 2010, Observatórios Municipais de Segurança Pública. Esses Observatórios estão vinculados à Secretaria Executiva do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), por meio de Convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, destacando-se como ferramenta estratégica na produção de conhecimento baseado em evidências científicas, subsidiando a tomada de decisão e a disseminação de informações bem-sucedidas em relação aos esforços conjuntos dos agentes de segurança. Os Observatórios de Segurança citados gerenciam e divulgam indicadores criminais em escala municipal. Durante 2022, outros municípios da região, como Jaguarão e Canguçu, iniciaram a sistematização e análise de dados criminais, por meio da associação dos municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul (Azonasul). Este estudo analisa as agendas políticas municipais da metade sul do Rio Grande do Sul em conjunto com todos os atores locais, forças de segurança e sociedade civil organizada, destacando a integração como uma forma de enfrentar os problemas com a criminalidade. Vários setores da sociedade devem participar ativamente das políticas públicas de segurança, considerando que outros modelos não foram bem-sucedidos em suas ações.

## **“PELO DIREITO A VIDA”: UMA ANÁLISE DO NEOCONSERVADORISMO NA DISPUTA PELO DIREITO AO ABORTO**

Raíssa Ferreira Miranda

Tendo em vista que nos últimos anos vive-se no mundo uma onda neoconservadora, faz-se importante um estudo da influência dessa movimentação neoconservadora no cenário jurídico brasileiro. O entendimento da influência do neoconservadorismo e suas implicações no campo jurídico da produção do direito no Brasil contemporâneo, especificamente, através das discussões político-judiciais ao redor do tema aborto, e como objeto central desta análise: o parecer sobre o tema aborto, da Ministra Rosa Weber, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442, é fundamental para que se tenha a compreensão acerca da sociedade em que estamos inseridos e como os sistemas jurídicos estão agindo e reagindo sob essa intervenção neoconservadora. Em razão disso, a presente pesquisa justifica-se pela relevância social, pela relevância acadêmica e, ainda, pela contribuição atual que dá aos estudos no âmbito dos fenômenos sociais que cercam a produção do direito no Brasil, ao trazer uma análise política-jurídico-social dessa movimentação/reação neoconservadora sobre o tema do aborto. Nesse sentido, debater a respeito é uma tarefa importante e urgente. Delimita-se o seguinte tema de investigação: o neoconservadorismo como influência na produção do direito no Brasil contemporâneo e o debate do direito ao aborto a partir do parecer da Ministra Rosa Weber, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442. Para isso, se propõe a algo que não é revolucionário, muito pelo contrário, baseado em teorias bastante clássicas que buscam analisar a trajetória dos fenômenos, procura-se entender essas interações e reações neoconservadoras no campo político-jurídico-social sobre o tema aborto. Assim, este projeto de pesquisa se dispõe a responder o seguinte problema: o movimento neoconservador influencia a produção do direito no Brasil contemporâneo? Para tentar responder essa questão, optou-se por analisar o desenvolvimento/a trajetória do tema aborto organizando a pesquisa, de forma provisória, da seguinte forma: Capítulo I – Pré Parecer; Capítulo II – O parecer; Capítulo III – pós parecer; Conclusão. Nesse sentido, a partir dos pressupostos que sustentam a pesquisa, a hipótese traçada é de que o neoconservadorismo influencia no campo jurídico da produção do direito no Brasil contemporâneo. O presente projeto tem, como objetivo geral, analisar o diagrama de atores, argumentos e discursos que configuram a disputa pela produção do direito a partir das discussões político-judiciais ao redor do tema aborto. Quanto aos objetivos específicos: a) Compreender como era o debate sobre o aborto antes do parecer da Ministra Rosa Weber na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 422; b) Analisar o parecer da Ministra Rosa Weber na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 422 e listar os principais argumentos utilizados pela Ministra; c) Produzir um diagrama, após um

**Seminário Interno de Pesquisa GITEP / Linha 2**  
**Uma comunidade intelectual livre**

estudo etnográfico realizado com foco em alguns personagens que despontaram com maior influência no campo digital, da reação neoconservadora ao parecer da Min. Rosa Weber na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 422, sobre a legalização do aborto.

## **DIREITO PENAL MILITAR E DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE DA VIOLÊNCIA HIERÁRQUICA NA TRADIÇÃO MILITAR BRASILEIRA**

Wendell Petrachim Araujo

O presente trabalho de pesquisa tem por finalidade analisar em que medida o Sistema de Justiça Criminal, em específico o da Justiça Militar da União (Legislação, Polícia Judiciária Militar, Justiça Militar da União e Prisão), tem sido responsável pela promoção da dignidade da pessoa humana dos militares das Forças Armadas, ainda mais quando são eles autores (aqui sob a perspectiva da necessária responsabilização dos agentes que promovem e/ou executam atos violadores dos direitos humanos) ou vítimas de delitos penais propriamente militares envolvendo violência hierárquica, com ênfase na análise dos tipos penais do Código Penal Militar que tratam da violência contra inferior hierárquico (art. 175) e da ofensa aviltante a inferior hierárquico (art. 176). Nesse contexto, de acordo com as balizas (princípios) que regem o Direito Penal Militar, deve-se observar como está sendo ele utilizado para propiciar a proteção necessária da dignidade da pessoa humana de militares subalternos. Veja-se que, em que pese tenham as suas vidas, diuturnamente, pautadas por padrões comportamentais éticos, consubstanciado, por exemplo, no “dever do superior tratar os subordinados em geral, e os recrutas em particular, com interesse e bondade” (art. 4º, § 1º, do Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002), ainda assim, revela-se necessário (e mandatário) a existência de tipos penais que incriminem esse padrão de violência hierárquica. Contudo, essa abordagem não pode se feita de forma apartada das tradições e culturas militares, isso porque, devemos avaliar se quando da ocorrência de práticas consubstanciadas naquilo que é comumente denominado no meio militar de “trotos”, “chá de bolacha”, “chá de manta”, o Direito Penal Militar é considerado como uma perspectiva de responsabilização dos superiores hierárquicos envolvidos ou se essa prática é “relevada” pelas autoridades militares (com função de comando) incumbidas de zelar pela proteção dos direitos humanos dos inferiores hierárquicos (terminologia adotada pela Lei 14.688/2023 que promoveu uma reforma do Códex Castrense para “adequá-lo” à Constituição Federal e aproximá-lo do Código Penal comum). Por fim, não se pode perder de vista que, em algumas situações, os próprios militares subalternos anuem com a prática da violência - consentimento da própria vítima (que externa a sua concordância em ser submetido à prática, por exemplo, do “batismo”) -, ou seja, permitindo tenham seu corpo violado por intermédio de tapas e golpes com os mais diversos instrumentos (relhos, fios etc).

## Resumos da 2ª Sessão

### **Egresso convidado:**

Ms. José Mário Brem da Silva Junior - Poderá o monitoramento eletrônico de presos ser emancipatório? um estudo de caso sobre a implementação do monitoramento eletrônico de pessoas na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul

### **Pós-Graduandas:**

Mariane Braga dos Santos (Mestrado) - Uma análise do direito à educação na Penitenciária Estadual de Rio Grande

Marina Beier (Mestrado) - A jornada da maternidade: uma análise do acesso à saúde de mulheres grávidas encarceradas

Patrícia Dutra Frank (Mestrado) - A feminização da pobreza: a realidade das mães solas da escola infantil Dom Antonio Zattera

Rafaela Peres Castanho (Doutorado) - A (des)atenção das políticas penais em relação aos filhos das pessoas encarceradas



## **PODERÁ O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS SER EMANCIPATÓRIO? UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PESSOAS NA 5ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**

José Mario Brem da Silva Junior

Este trabalho, vinculado à linha de pesquisa Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça, promove uma análise sobre a política de monitoração eletrônica implementada na 5ª Região Penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul, a qual abarca as cidades de Pelotas, Camapuã, Jaguarão, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Canguçu. Para desenvolver a pesquisa foi estabelecido como objetivo geral a identificação e análise das potencialidades e limites emancipatórios da monitoração eletrônica a partir da experiência de atuação do Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5ª Região Penitenciária (IPME-5), sediado em Pelotas. Para tanto, buscamos situar a emergência da monitoração eletrônica no processo de reconfiguração e atualização das práticas punitivas ocidentais, para depois identificar e analisar o processo de formação da Política de Monitoração Eletrônica no Brasil. Ao final, analisou-se as dinâmicas relacionais e a prestação do serviço penal em questão a partir da realidade da 5ª Região Penitenciária. Escolhemos como corpus teórico-instrumental as noções desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos para desenvolver os parâmetros de análise, com especial destaque aos binômios emancipação/regulação e apropriação/violência. Além disso, a análise realizada se apoiou nos estudos prisionais de Michel Foucault e Luiz Antônio Bogo Chies, assim como nas noções desenvolvidas pelas Análises de Políticas Públicas. Elegemos como metodologia o estudo de caso, fazendo uso de documentos, observação direta e entrevistas semiestruturadas para compor a análise. Frente a análise podemos observar que o campo das políticas públicas -especialmente as penais - perpassa diversos escalões do Estado, podendo ser influenciado por diferentes órgãos e entidades. É a partir dessas disputas que a política se forma desembochado ao nível da rua, momento em que convergem pressões políticas, burocráticas e econômicas, assim como problemas estruturais da sociedade. Nesse cenário, encontram-se servidores públicos, que mesmo com poucos recursos e limitados meios de intervenção, buscam exercer suas funções dando contornos finais a prestação do serviço público - assim como o exemplo do Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5ª Região -, emergindo possibilidades emancipatórias que se contrapõem as tradicionais prisões.

## UMA ANÁLISE DO DIREITO À EDUCAÇÃO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE RIO GRANDE

Mariane Braga dos Santos

O presente trabalho apresenta parte da pesquisa em nível de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, da Universidade Católica de Pelotas. A pesquisa adota como tema o encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do estado do Rio Grande do Sul. A investigação aqui proposta se inscreve na perspectiva da construção de um campo de estudos singular que, a partir de um quadro de referências conceituais e empíricas, seja capaz de fomentar estudos e pesquisas mais sistemáticas que retirem da obscuridade a complexa relação entre gênero e mecanismos de controle e punição. Com o intuito de delimitar o objeto de estudo optou-se por investigar as dinâmicas do encarceramento feminino, por entender que tal fenômeno não somente aparece de forma residual na produção das Ciências Sociais brasileira como, em face as suas particularidades e complexidades, poderá desvendar as diferentes faces da atuação das instituições de justiça criminal que se ocupam do controle do crime e da punitividade. Assim, busca-se analisar a garantia efetiva do direito fundamental à educação para as mulheres aprisionadas na 5ª Região Penitenciária, conforme sustenta a Lei de Execução Penal e o Plano Nacional de Políticas para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema. O presente estudo se propõe a responder a seguinte problemática: as mulheres aprisionadas na 5ª Região Penitenciária têm acesso ao direito fundamental básico à educação ou esse encontra-se apenas previsto na Lei de Execução Penal, sem acesso prático a essas mulheres? Para a realização e desenvolvimento desta pesquisa serão utilizados autores que abordam a temática, tais como: Alessandra Teixeira, Bruna Angotti, Christiane Freire, Lisa Krolak, Luiz Antônio Bogo Chies, Rita Segato e Talita Dias Rampin. Quanto à metodologia, é possível dizer que se trata de uma pesquisa do tipo bibliográfica, com abordagem qualitativa. Destaca-se que serão realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores e servidores do sistema prisional, bem como com atores do sistema de justiça criminal envolvidos com a execução penal, em especial com a efetivação do cumprimento da pena privativa de liberdade pelas mulheres na Penitenciária Estadual de Rio Grande, a fim de captar suas percepções, concepções, convergências e divergências no que tange à garantia ou não do direito fundamental à educação para as mulheres encarceradas, previsto nas normativas em análise na pesquisa. Também serão entrevistados os servidores envolvidos com os processos e atividades de educação formal a fim de captar suas percepções, concepções, convergências e divergências no que tange à garantia ou não do direito à educação para as mulheres encarceradas.

## **A JORNADA DA MATERNIDADE: UMA ANÁLISE DO ACESSO À SAÚDE DE MULHERES GRÁVIDAS ENCARCERADAS**

Marina Beier

O encarceramento feminino é uma realidade presente em todos países do mundo, e tem sido objeto de crescente preocupação por parte dos pesquisadores. Um dos aspectos relevantes deste fenômeno, é o impacto que o encarceramento pode ter sobre a saúde e bem estar de mulheres presas, especialmente quando se trata de mulheres com filhos pequenos e/ou recém nascidos. Pretende-se no desenvolvimento da dissertação de mestrado em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, identificar como acontece o ingresso de mulheres grávidas ao sistema de saúde na Penitenciária Estadual de Rio Grande (PERG), tendo como principal objetivo compreender como as abordagens existentes influenciam a qualidade no atendimento prestado, bem como o impacto direto deste, na saúde e bem-estar das mulheres durante o período gestacional. A pesquisa será dividida em duas etapas, sendo a primeira uma revisão sistemática de dados pré-existentes, seguidos de uma pesquisa mista composta por entrevistas semi estruturadas com as mulheres alocadas na unidade prisional, trabalhadores da saúde do local, bem como atores da justiça criminal envolvidos com a execução penal. As mulheres em situação de cárcere, enfrentam desafios únicos ao lidar com uma gravidez, uma vez que ambientes prisionais muitas vezes apresentam condições adversas, tais como superlotação, limitações de higiene e acesso restrito a cuidados médicos especializados. O pré-natal é uma etapa crucial para saúde materno-infantil portanto é essencial que mulheres grávidas, tenham acesso regular a profissionais de saúde qualificados, incluindo obstetras e ginecologistas, com objetivo de prevenir possíveis complicações. A garantia do direito a saúde durante a gestação, embora haja diretrizes bastante claras, implementá-las pode ser um pouco difícil devido as restrições e limitações impostas pelo próprio ambiente prisional. Para que ocorra um serviço de saúde digno e adequado, que abranja uma abordagem efetiva de cuidados pré-natal, ainda é importante que haja ampliação do debate em relação a este tema. A proteção do direito a saúde materna deve ser prioridade, visando proporcionar um ambiente mais seguro e saudável para as gestantes em situação de encarceramento. Tendo em vista a complexidade de gestação no cárcere, se faz necessário que políticas e práticas estejam alinhadas, de forma que protejam o direito do acesso a saúde integral e equânime das mulheres privadas de liberdade.

## **A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: A REALIDADE DAS MÃES SOLOS DA ESCOLA INFANTIL DOM ANTONIO ZATTERA**

Patrícia Dutra Frank

A presente pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, especificamente na linha II de pesquisa: Direitos Humanos, Segurança Pública e Acesso à Justiça discorrerá sobre: “O fenômeno social da feminização da pobreza: um estudo de caso sobre as mães solas que acessam a Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera no Município de Pelotas”. A escolha do tema se justifica pela sua grande relevância em relação ao fenômeno da feminização da pobreza principalmente no que se refere as mães solo em vulnerabilidade social, realidade que tem aumentado nas últimas décadas tanto no país como no município de Pelotas. Nessa perspectiva, por meio da pesquisa qualitativa pretendemos problematizar a situação em que se encontram as mães solas que são atendidas na Educação Infantil do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera, enfatizando suas trajetórias de vida, assim como a eficácia ou não eficácia da rede de assistência social existente no município Pelotas, problematizando a importância da educação infantil em turno integral para as mães que precisam trabalhar e deixar seus filhos em segurança. Através destes dados e pesquisas bibliográficas é possível ter uma compreensão de como as mães solas encaram sua realidade de mãe, mulher e trabalhadora, conquistando diariamente oportunidades para ela e sua família, e principalmente a verdadeira importância de projetos e programas que contemplem essas famílias integralmente. Trazendo para o estudo a luta das mães solo em vulnerabilidades, objetiva-se caracterizar maneiras de intervir nesta realidade que encontramos após coletar os dados da pesquisa. O critério para a seleção da amostra consistiu nas mães solas que possuem filhos até seis anos frequentando a Escola de Educação Infantil Dom Antônio Zattera, atualmente em funcionamento no Instituto de Menores Dom Antônio Zattera. A pesquisa pretende investigar como se dá o acesso dessas mães aos programas de assistência social oferecidos pelo município de Pelotas e qual o impacto do atendimento oferecido pelo Instituto de Menores, por meio da escola de turno integral destinada às crianças menores de seis anos, para a inserção das mães solas no mercado de trabalho, bem como na organização familiar e na garantia do processo de reprodução social. Para além do estudo propriamente dito que, possibilita dar voz e resgatar as trajetórias de vida das mães solas em situação de vulnerabilidade social que acessam a Escola Infantil Dom Antônio Zattera, se pretende investigar a atuação dos equipamentos voltados a garantia do direito à assistência social, identificando seus fluxos, vulnerabilidades, compassos e descompassos, a fim de suscitar o debate e, propor ações e programas específicos às instituições públicas municipais.

## **A (DES)ATENÇÃO DAS POLÍTICAS PENAIS EM RELAÇÃO AOS FILHOS DAS PESSOAS ENCARCERADAS**

Rafaela Peres Castanho

O presente resumo trata de projeto inicial de tese de doutorado vinculado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. O projeto versa sobre temáticas interdisciplinares, tais como questão penitenciária, políticas penais em serviços penais, encarceramento e filhos de pessoas encarceradas. Delimitadamente, nomeou-se como “a (des)atenção das políticas penais em relação aos filhos das pessoas encarceradas”. O encarceramento e, em especial, o encarceramento de mulheres, amplia a vulnerabilização, em vários sentidos, não só da pessoa privada de liberdade, como também de sua família e de sua prole, de modo que se parte da premissa de que há, com a prisão, o alargamento do punir e a transcendência da pena. Justifica-se o presente estudo tanto pela relevância social que a temática possui, quanto pela viabilidade de aplicar eventuais políticas públicas que possam ser constatadas ao longo da pesquisa e necessárias para resguardar os direitos do grupo em questão. A pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: se verifica a existência de políticas penais em serviços penais que asseguram as garantias constitucionais e infraconstitucionais aos filhos das pessoas encarceradas? E, em caso negativo, total ou parcial, quais encaminhamentos necessários para efetivá-las? Desse modo, a pesquisa pretende mapear, desde 1984, com a promulgação da Lei de Execução Penal, eventuais políticas penais para filhos de pessoas privadas de liberdade e constatar, ao final, as limitações e lacunas existentes. Pretende-se, também, realizar pesquisa de campo para complementar a pesquisa normativa e documental inicialmente elaborada, com o fim de corroborar ou refutar as premissas iniciais. Para tanto, pretende-se entrevistar dois grupos. O primeiro, com delimitação geográfica, as mulheres privadas de liberdade junto a 5ª Delegacia Penitenciária Regional, a fim de verificar quais tiveram uma situação de hipervulnerabilização dos filhos. Para alcançar o resultado, pretende-se aplicar formulário com as mulheres. No segundo grupo estão os profissionais dos serviços sociais, tanto das prisões, quanto de órgãos correlatos, como por exemplo, profissionais que trabalham junto ao setor técnico do Poder Judiciário, para, através de entrevistas pré estruturadas, analisar eventuais vulnerações sofridas pelos infantes em decorrência do aprisionamento de membros da família, como em casos de processos de destituição do poder familiar. O sumário da tese e o referencial teórico ainda não foram estruturados, mas pretende-se utilizar de obras relacionadas às prisões, encarceramento, políticas penais em serviços penais, famílias e desenvolvimento de crianças e adolescentes.

## Resumos da 3ª Sessão

### **Egresso convidado:**

Dr. Miguel Antônio da Silveira Ramos - Inteligência artificial e Poder Judiciário:  
o dilema do uso de robôs-juízes para fins de decisão em relação às  
garantias individuais e estruturais do direito fundamental de acesso à  
Justiça

### **Pós-Graduando(a)s:**

Lara Botelho Crochi (Mestrado) - Prisão e remição por leitura: estudo de caso  
em Pelotas, Rio Grande do Sul

Nathalia Pôrto Pereira (Mestrado) - Estrangeiros uruguaios presos: uma agenda  
para questão penitenciária no Rio Grande do Sul

Marina Nogueira Madruga (Doutorado) - Polícia Penal no Rio Grande do Sul:  
avanços e/ou retrocessos nas Políticas de Serviços Penais

Otávio Luís Siqueira Couto (Doutorado) - O caso dos brasileiros presos  
no Centro Penitenciário de Rémire-Montjoly

Rita de Cássia Sodré Silva (Mestrado) - Literatura e prisão - uma análise  
cartográfica do discurso literário de pessoas privadas de liberdade

# **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PODER JUDICIÁRIO: O DILEMA DO USO DE ROBÔS-JUÍZES PARA FINS DE DECISÃO EM RELAÇÃO ÀS GARANTIAS INDIVIDUAIS E ESTRUTURAIS DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA**

Miguel Antônio da Silveira Ramos

Acesso à Justiça é um Direito Humano Fundamental dos cidadãos, é universal, indisponível, inalienável e imprescritível. Irrefutável é a importância de que ele seja garantido nas fases processuais a todos. Esta tese discute, através de uma análise bibliográfica e documental, fruto de uma pesquisa qualitativa de caráter analítico explicativo e focada no contexto brasileiro, o uso de sistemas de inteligência artificial (IA), enquanto uma política pública do Poder Judiciário, para fins de decisão frente às garantias individuais e estruturais do acesso à Justiça. No seu desenvolvimento, o trabalho apresenta marcos teóricos importantes sobre o tema, faz um compilado histórico da Crise do Judiciário até a adesão às novas Tecnologias de Informação e Comunicação, contextualiza e apresenta definições e, centra-se, mais especificamente, nos modos de emprego da IA pelo Judiciário e suas implicações para o acesso à Justiça na atualidade. O uso da IA neste âmbito deu-se, inicialmente, como resposta à congênita, sistêmica e crônica Crise, trazendo avanços para a tramitação processual. As tecnologias sustentadoras de fato minimizaram o tempo burocrático da tramitação processual, mas possibilitaram que o juiz passasse a ser um mero juizrobô assinador (revisor e assinador de decisões). Com o avanço tecnológico, o Judiciário colocou em produção diversos projetos de políticas públicas sobre a IA em muitas das suas atividades. Mais recentemente, de forma opaca e antidemocrática, tem promovido o uso da IA para tomada de decisão e, por conseguinte, tem violado as garantias individuais e estruturais do acesso à Justiça, em especial o devido processo, a ampla defesa, o livre contraditório, a necessária motivação das decisões, o direito à publicidade, o duplo grau de jurisdição, a igualdade e o princípio do juiz natural. Em razão da duração razoável do processo, passou o juiz a ser artificial, fenômeno que envolve questões éticas e políticas fundamentais que merecem maior debate no meio. O emprego de IA na atividade-fim judicante promove e inaugura a objetivação das decisões, compiladas de outras históricas, ao consagrar o uso de algoritmos. Assim sendo, suas ações podem ser qualificadas como um absolutismo, um monismo jurídico, um necropositivismo algorítmico (tecnológico), decorrendo no esvaziamento do Judiciário. Decisões algorítmicas geram mais questionamentos do que afirmações e impõem prospecções de um futuro sombrio, no qual a garantia do devido processo, por meio de um processo justo e adequado, se aniquilará como efeito da diminuição ou quase impossibilidade de as partes influenciarem e participarem como coautoras da decisão, que tem ca-

**Seminário Interno de Pesquisa GITEP / Linha 2**  
**Uma comunidade intelectual livre**

racterística de um contraditório dinâmico, cooperativo, em um processo democrático e Estado Democrático de Direito. A objetivação da igualdade das partes levará ao incremento maior das vulnerabilidades sociais, econômicas e jurídicas já existentes. O Judiciário deve repensar suas políticas públicas a fim de torná-las de fato transparentes, democráticas e participativas para que os instrumentos de disrupção utilizados não causem mais violações aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Palavras-chave: acesso à Justiça; inteligência artificial; decisões judiciais; garantias constitucionais; devido processo; Poder Judiciário.



## **PRISÃO E REMIÇÃO POR LEITURA: ESTUDO DE CASO EM PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL**

Lara Botelho Crochi

Desencadeado através de parceria entre o Instituto Penal de Monitoração Eletrônica da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul e a Universidade Católica de Pelotas, esta através de ação de extensão do curso de Direito, o projeto “Asas à leitura” se caracteriza como atividade que viabiliza a remição da pena por leitura para pessoas em situação de monitoração eletrônica na comarca de Pelotas (RS) e se constitui no caso objeto desta pesquisa. Desenvolvendo-se desde o segundo semestre de 2022, o “Asas à leitura” se destaca por seu público alvo – pessoas em monitoração eletrônica – já que, via de regra, as iniciativas de oferta de tal direito para a remição de pena se têm dado em relação a populações encarceradas. Para além dessa inovação, o estudo se justifica pela relevância e atualidade do tema, destacando-se a publicação da Resolução n.º 391 do Conselho Nacional de Justiça, em 2021, o recente Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional e Socioeducativo e o Plano Nacional de Fomento à Leitura como elementos que alimentam a discussão. Como objetivo geral se propõe a compreensão das potencialidades, diferenças, similitudes, limitações e desafios da política penal e dos serviços penais de acesso ao direito à literatura, notadamente no contexto do projeto “Asas à Leitura” e seu peculiar público alvo. O enfoque prioriza o impacto desse acesso na trajetória do indivíduo, considerando aspectos como sua autoestima cidadã e a dinâmica de suas relações interpessoais. Na perspectiva metodológica se adota o estudo de caso, pois proporciona maior detalhamento e densidade na abordagem do objeto, permitindo diferentes estratégias de coleta de dados, tais como entrevistas semiestruturadas, observações diretas e o uso do caderno de campo. A construção do referencial teórico se baseou em categorias fundamentais, tais como questão penitenciária, trajetórias educacionais, literatura como um direito, educação para a vida, alteridade, a abertura ao outro e as críticas do jurista argentino Raúl Eugenio Zaffaroni quanto às chamadas filosofias “re” (ressocialização, reeducação, reintegração, etc...). Nesse sentido, registra-se que a pesquisa se propõe desvincular o tema do tratamento penal como o eixo justificador da oferta do acesso à leitura, buscando uma abordagem crítica e reflexiva sobre a remição da pena pela leitura, reconhecendo o direito à literatura e promovendo uma perspectiva humano-dignificante. Quanto aos resultados finais, espera-se que possam ofertar contribuições significativas para futuras políticas públicas relacionadas ao tema, bem como para o aprimoramento desse projeto e prática, considerando a realidade local.

## **ESTRANGEIROS URUGUAIOS PRESOS: UMA AGENDA PARA QUESTÃO PENITENCIÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL**

Nathalia Pôrto Pereira

Esta Pesquisa tem como foco central a problemática dos estrangeiros uruguaios presos no Rio Grande do Sul, a pesquisa aborda a interrelação entre os domínios da Sociologia do Castigo e da Sociologia das Prisões, em conjunto com os âmbitos do Direito Penal e de Execução Penal. Além disso, examina as políticas públicas e sociais, investigando tanto a presença quanto a ausência destas, com o intuito de promover a proteção dos direitos e da dignidade humana dos indivíduos pertencentes a esse grupo. A análise estende-se às perspectivas de integração regional entre Brasil e Uruguai, proporcionando uma compreensão mais abrangente e coerente desse fenômeno complexo. O principal Objetivo desta pesquisa é analisar a partir da realidade do encarceramento de estrangeiros uruguaios nos estabelecimentos carcerários da faixa de fronteira do Rio Grande do Sul, a configuração e dinamização da execução penal e das políticas penitenciárias em relação a tais grupos de estrangeiros presos, no âmbito de uma conjuntura de integração regional. Essa pesquisa tem como objetivo específico Analisar as dimensões e experiências de presos uruguaios na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul; estrutura normativa e político criminal de atenção aos presos estrangeiros no Brasil; estrutura e dinâmicas de execução de estrangeiros presos no Rio Grande do Sul; condições de manutenção dos vínculos sociais extramuros dos estrangeiros presos no Rio Grande Sul, Identificar as especificidades dos crimes cometidos por estrangeiros uruguaios no Rio Grande do Sul nas relações fronteiriças, identificar também o nível de conhecimento e informação dos presos estrangeiros a respeito de tratados internacionais penais do Mercosul e identificar as políticas de tratamento de estrangeiros presos uruguaios no Estado. Se trata de uma pesquisa exploratória com abordagem interdisciplinar com ênfase sociológica e de natureza qualitativa, contendo 3 etapas metodológicas, a 1ª a qual me encontro de fase bibliográfica, a 2ª de uma pesquisa de campo onde serão coletados dados com uruguaios presos na Faixa de Fronteira do RS e entrevistas com gestores e a 3ª etapa será a estruturação e análise de dados recolhidos. Os dados já alcançados foram de 91 presos no Rio Grande do Sul, onde 58 destes são Uruguaios compondo 63,7% da população estrangeira encarcerada no estado, sabendo da escassez de estudos em relação a questão penitenciária no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul se justifica a pesquisa, não podendo esquecer de nossas especificidades com uma fronteira de 985km com Uruguai, 6 cidades gêmeas, onde emergem peculiaridades potentes e necessárias para analisar as dinâmicas de integração/ segregação destes uruguaios encarcerados.

## **POLÍCIA PENAL NO RIO GRANDE DO SUL: AVANÇOS E/OU RETROCESSOS NAS POLÍTICAS DE SERVIÇOS PENAIS**

Marina Nogueira Madruga

A polícia penal é criada para a segurança dos estabelecimentos penais pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019 que alterou o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal. Assim, este projeto de pesquisa pretende analisar o seu processo de implementação no estado do Rio Grande do Sul e o impacto nas políticas de serviços penais, elegendo como problema de pesquisa o seguinte questionamento: No plano normativo institucional do serviço penitenciário do Rio Grande do Sul e sua trajetória histórica de serviços penais, como a Emenda Constitucional 104/2019 impacta nesse processo? A referida discussão é traçada a partir de elementos como a dignidade humana; as políticas de serviços penais e aos direitos sociais do apenado; o contexto da segurança pública nos estabelecimentos prisionais e as atribuições do policial penal, com perspectivas de prestação de um serviço social e humanitário, além do serviço de custódia. Isso porque, vão se incorporando, na realidade normativa do estado sul-rio-grandense, competências aos até então agentes penitenciários que dão certo protagonismo como corresponsáveis na execução das políticas sociais, dimensões de assistência e direitos aos privados de liberdade e orientação aos egressos, como o disposto na Lei 13.259/2009: Providenciar a assistência à saúde, jurídica, educacional, social e psicológica ao preso; Assistir, orientar e acompanhar as ações de tratamento penal nos aspectos de atenção e preventivos para socialização do preso; Orientar e realizar trabalhos em grupos e individualmente, para instruir os presos em hábitos de higiene, educação e de boas maneiras, despertando o senso de responsabilidade, de dedicação no cumprimento dos deveres familiares, profissionais e sociais; Prestar orientação ao egresso quando do seu retorno ao convívio social, no âmbito de suas atribuições. Nesse sentido, considerando que o estado do Rio Grande do Sul organiza desde cedo a carreira prisional e o sistema penitenciário, com uma série de normativas relacionadas a administração das casas prisionais (1896) e a atividade do agente de segurança penitenciária (1972), substituído pelo agente penitenciário (1991) e atualmente, policial penal, a proposta de tese tem como objetivo investigar no que a implantação da Polícia Penal no Rio Grande do Sul impactará nas políticas de serviços penais. Quanto aos objetivos específicos: a) Analisar a trajetória histórica do papel do Agente Penitenciário enquanto contribuidor do serviço penal – não apenas contenção e custódia; b) Discutir sobre a Polícia Penal como instituição de Segurança Pública nos estabelecimentos penais e suas novas atribuições; c) Verificar os primeiros reflexos dessa implementação na Segurança Pública e nos estabelecimentos prisionais sul-riograndenses e d) Observar os avanços e/ou retrocessos das Políticas de Serviços Penais a partir da implantação da Polícia Penal. A referida transição

**Seminário Interno de Pesquisa GITEP / Linha 2**  
**Uma comunidade intelectual livre**

no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul irá produzir impactos e alterações na realidade do sistema prisional. Nesse sentido, a tese questiona quais serão as implicações dessa nova realidade, sobretudo, quais serão as mudanças nas dinâmicas carcerárias e no papel do policial penal durante a privação de liberdade.

## O CASO DOS BRASILEIROS PRESOS NO CENTRO PENITENCIÁRIO DE RÉMIRE-MONTJOLY

Otávio Luís Siqueira Couto

O trabalho revela e estuda os impactos do cumprimento de uma pena de prisão na vida de brasileiros no Centro Penitenciário de Rémire-Montjoly, localizado na Guiana Francesa, a partir de um estudo de caso que compreende três principais fontes de evidência: entrevistas, documentos e registros em arquivo. Dentre as fontes de evidência se destacam as entrevistas, relatos obtidos em geral através da técnica bola de neve, recurso essencial para acesso aos nacionais egressos do sistema penitenciário guianês – sujeitos principais da pesquisa – e aos diversos outros sujeitos que atuam sobretudo nos municípios de Oiapoque, Saint-Georges e Caiena que foram selecionados a partir de suas contribuições para os objetivos da Tese. A estruturação das categorias de análise a partir dos depoimentos foi elaborada através do emprego da análise textual discursiva, procedimento que se agregou ao estudo de caso auxiliando, também, na triangulação das falas com as outras fontes de evidência. A interpretação dos dados foi orientada pelas proposições epistemológicas da Tese, que relacionam o fenômeno do encarceramento dos brasileiros no território francês às dinâmicas migratória e criminológica que caracterizam a fronteira franco-brasileira, possibilitando identificar ressonâncias coloniais na pedagogia punitiva implementada localmente através da (re)produção do pensamento abissal, determinante para a constelação dos aspectos que vulnerabilizam os nacionais presos. No âmbito penitenciário, o mapeamento de tais aspectos foi constituído através de três eixos de investigação: o primeiro sobre os atributos físicos da prisão, sua infraestrutura e serviços (in)disponíveis; o segundo referente às mecânicas que se desenvolvem na capilaridade das relações estabelecidas no dia-a-dia do cárcere entre presos, entre estes e os funcionários e entre os presos e o mundo extramuros; e o terceiro sobre os elementos reportados pelos egressos como aqueles que mais lhes causaram sofrimento durante o período em que estiveram encarcerados, considerações que se conectam à materialização daquilo que se compreende como um isolamento amplificado, condição resultante de uma problemática multidimensional que é explorada ao longo da Tese. A pesquisa permite um olhar crítico sobre a complexidade do contexto prisional no qual estão inseridos os brasileiros na Guiana Francesa, perspectiva que instrumentaliza a reflexão sobre políticas públicas em serviços penais atentas às vulnerabilidades específicas daqueles cidadãos, assim como possibilita o cotejamento de seus resultados com outras experiências de encarceramento de nacionais no exterior.

## LITERATURA E PRISÃO - UMA ANÁLISE CARTOGRÁFICA DO DISCURSO LITERÁRIO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Rita de Cássia Sodré Silva

O Supremo Tribunal Federal (STF), através de decisão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) Nº347/DF, desde 2015 reconheceu que os ambientes prisionais no Brasil se encontram em condições incompatíveis com a Constituição Federal. Segundo o STF, o sistema penitenciário nacional se caracteriza, principalmente, pela superlotação e pelas situações degradantes às quais os apenados estão submetidos. Esta situação foi nomeada "estado de coisas inconstitucional". Considera a Suprema Corte que o Poder Público, não garantindo as condições adequadas ao encarceramento, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, ao trabalho, à assistência social, e ao acesso à jurisdição está descumprindo os direitos das pessoas privadas de liberdade. Isto posto, a questão que orienta esta pesquisa é como a narrativa literária produzida por pessoas privadas de liberdade enuncia o estado de coisas inconstitucional das prisões. Como metodologia se utiliza a Análise Cartográfica do Discurso, uma interlocução entre Análise do Discurso e Cartografia, elaborada por Bruno Deusdará e Décio Rocha, entendendo que serão procedimentos metodológicos compatíveis com as análises discursivas propostas na investigação. O corpus selecionado inclui duas obras literárias: "Memórias de um sobrevivente", de Luiz Alberto Mendes, e "Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru", de Hosmany Ramos. Ambos autores as produziram a partir de suas experiências nos ambientes prisionais, constituindo-se a primeira de narrativa autobiográfica e a segunda em estilo ficcional.

## Resumos da 4ª Sessão

### **Egressa convidada:**

Dra. Marina Portella Ghiggi - Vulnerabilidade etária no cárcere: ausência de reconhecimento do idoso nas políticas públicas penitenciárias brasileiras

### **Pós-Graduando(a)s:**

Ingrid Fagundes Ziebell - A cadeia de custódia e a (não) aplicação do instituto nos procedimentos criminais de Pelotas

Julia Cristina Marques Vilas Boas (Mestrado) - Redpill e machosfera: violência neomachista e extrema direita em uma análise de discurso

Kananda Peixoto Nunes Nunes (Mestrado) - A efetividade da atuação municipal em segurança pública: Pelotas no centro da discussão

Pedro Postal (Mestrado) - Aspectos genealógicos da ordem pública: entre a segurança e a repressão

## **VULNERABILIDADE ETÁRIA NO CÁRCERE: AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO DO IDOSO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PENITENCIÁRIAS BRASILEIRAS**

Marina Portella Ghiggi

Essa tese, que traz como tema central a vulnerabilidade etária de idosos presos materializada pelo esquecimento dessa parcela da população pelas políticas penitenciárias, foi elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos da Universidade Católica de Pelotas, na linha de pesquisa Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça. A partir do estudo do envelhecimento populacional e prisional, da legislação de execução penal, das políticas penitenciárias, bem como das contribuições da Teoria do Reconhecimento, constrói-se base teórica para diálogo com as entrevistas realizadas com idosos presos em duas casas prisionais da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul. Categorias pensadas como fatores relacionados ao envelhecimento e que contribuiriam para a maior vulnerabilidade dos idosos são apontadas e discutidas a partir da ideia de que a negação do envelhecimento pela sociedade, e consequente omissão dos idosos nas políticas penitenciárias brasileiras, gera a problemática confirmada por esta tese: a existência de vulnerabilidade etária de idosos no cárcere.



## A CADEIA DE CUSTÓDIA E A (NÃO) APLICAÇÃO DO INSTITUTO NOS PROCEDIMENTOS CRIMINAIS DE PELOTAS

Ingrid Fagundes Ziebell

O presente projeto aborda a importância da cadeia de custódia no processo penal, evidenciando seu papel fundamental na preservação e integridade das provas, prevenindo a contaminação, adulteração ou perda destas. A cadeia de custódia consiste no registro minucioso dos procedimentos adotados desde a coleta até a apresentação das evidências junto ao judiciário, além do seu adequado descarte. Intimamente vinculada aos Princípios constitucionais da Ampla Defesa, Contraditório e do Devido Processo Legal, entabulados no artigo 5º da Constituição Federal, a cadeia de custódia preserva as características dos elementos de prova que serão periciados e poderão trazer materialidade ao delito. Sabe-se que, a fim de haver condenação no processo penal, é necessário que haja a prova da materialidade e da autoria, traduzindo-se, dessa forma, a grande importância de se tratar do tema da cadeia de custódia, o qual possui tantas e tão graves consequências para o processo e, principalmente, para o indivíduo que se vê envolvido neste procedimento criminal. Apesar de já existirem anteriores legislações, resoluções e manuais das polícias e organizações da segurança pública sobre o tema, foi a partir da promulgação da denominada Lei Anticrime – número 13.964/2019 – que se descreveu minuciosamente todas as etapas da cadeia de custódia, mais precisamente a partir do artigo 158-A do Código de Processo Penal. A necessidade desta pesquisa consiste no fato de que, mesmo após a promulgação da Lei Anticrime, vê-se que esta série de procedimentos, ainda assim, não é adotada na sua totalidade em todo o território nacional. Tal ausência de critério do judiciário acaba por abalar grandemente os mais basilares princípios do processo penal, além de trazer grande insegurança jurídica ao tutelado. A adoção rigorosa da cadeia de custódia no processo penal contribui para a credibilidade do sistema de justiça, assegurando a imparcialidade e a confiabilidade dos resultados. O presente trabalho visa, portanto, verificar a (não) aplicação das diretrizes descritas na Lei Anticrime sobre a cadeia de custódia através da análise das decisões dos recursos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul de processos com origem na comarca de Pelotas entre os anos de 2020 e 2022. A pesquisa se propõe a responder a seguinte problemática: qual é, então, a baliza adotada pelo julgador se não aquela estipulada minuciosamente em lei? A hipótese que guia a presente pesquisa é no sentido de que a Cadeia de Custódia da Prova, que é um instituto compatível com o processo penal democrático, diante da cultura autoritária arraigada no Sistema de Justiça Criminal brasileiro, especialmente no Poder Judiciário, cultura essa que se materializa no desrespeito aos procedimentos de acordo com o prisma constitucional, dificilmente poderá solucionar os problemas relacionados à admissão de provas ilegítimas ou ilícitas e também reduzir as possi-

bilidades de erros judiciais. Passando pelo aprofundamento nos conceitos e problematização da busca da verdade processual sistema misto do processo penal brasileiro, a pesquisa adentra na cultura inquisitória do sistema de justiça criminal brasileiro. Além disso, o trabalho também parte do pressuposto de que a falta de um procedimento unificado da cadeia de custódia acaba por afetar a vida dos indivíduos que sofrem os processos penais, os quais são processados e julgados em procedimentos sem a observância dos seus direitos constitucionais. Quanto à metodologia, a pesquisa utiliza-se do método dedutivo. Além disso, a pesquisa é do tipo bibliográfica, com abordagem quantitativa.

## REDPILL E MACHOSFERA: VIOLÊNCIA NEOMACHISTA E EXTREMA DIREITA EM UMA ANÁLISE DE DISCURSO

Julia Cristina Marques Vilas Boas

A presente pesquisa versa sobre um grupo autointitulado redpill, formado em sua essência por homens, insatisfeitos com os modelos sociais reafirmam papéis de gênero e reforçam discursos machistas. Assim, o que essa pesquisa propõe é investigar os discursos desse grupo e suas ações. A fim de obter um resultado completo e bem apurado, houve a escolha de trabalhar com a combinação de duas metodologias na pesquisa, inicialmente uma etnografia digital, com apoio da técnica snowball de pesquisa de campo, permitindo que a etnografia siga a experiência de um usuário comum, após a experiência etnográfica, será realizada uma análise do discurso utilizando-se da metodologia de Susan Herring, análise do discurso mediada por computador, que permite uma análise do discurso que considera a estrutura da plataforma digital. Para uma construção do referencial teórico da pesquisa, os tópicos que abordam sobre neoliberalismo e neoconservadorismo se fizeram necessários, bem como a abordagem sobre movimentos masculinistas e redes sociais na internet, plataformas digitais, algoritmos e memes e políticas públicas. Portanto, a pesquisa se propõe não apenas a fazer uma análise do grupo redpill nas plataformas digitais, mas também mapear a forma com que esse grupo age para cooptar jovens, adolescentes e meninos a fim de que esses passem a fazer parte do movimento, entender a importância deste grupo dentro da extrema direita, repensar políticas públicas que regulam o comportamento digital, bem como refletir sobre a Lei Lola, que criminaliza discursos misóginos online, por fim, relacionar os discursos masculinistas com discursos racistas e LGBTQIA+fóbicos. Até o presente momento, a pesquisa está na fase etnográfica, que foi iniciada no mês de outubro do ano de 2023, e conta com algumas observações iniciais sobre publicações realizadas na plataforma do Instagram. Dentre os resultados parciais dessa pesquisa observa-se a grande estigmatização de mães solteiras, que são lidas pelo movimento redpill como mulheres sem valor, pois acreditam que elas buscam apenas homens para sustento próprio e de seus filhos, também observa-se que é trabalhado o conceito de “valor” aplicado para homens e mulheres, nesse conceito as mulheres que são mães solteiras possuem um baixo valor, pois são “rodadas”, já que tiveram filhos fora da instituição do casamento ou estão divorciadas e não foram capazes de manter a relação, conforme os desejos do homem. Também se observa que há uma grande relação entre o sucesso financeiro e o “valor do homem”, segundo o que acredita o redpill, os homens são responsáveis pelo sustento financeiro de uma família, e o sucesso financeiro resulta em conseguir mulheres de alto valor, que poderão cumprir com os afazeres da casa sem que haja a necessidade de que elas trabalhem fora. Ressalta-se que a pesquisa está em desenvolvimento e que há mais plataformas além do Instagram sendo observadas. O recolhimento de material para análise será realizado até o mês de março de 2024.

## A EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO MUNICIPAL EM SEGURANÇA PÚBLICA: PELOTAS NO CENTRO DA DISCUSSÃO

Kananda Peixoto Nunes Nunes

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar o impacto das políticas públicas sobre segurança executadas pelo município, considerando o conceito de municipalização da segurança pública, a partir da experiência de Pelotas, tendo em vista o programa Pacto Pelotas Pela Paz, para o fim de compreender a eficácia do modelo. Além disso, pretende-se propor a reflexão sobre cenário criminal geral e local, a luz da discussão acerca das políticas de controle, atentando para os sinais e acontecimentos de descentralização da gestão em segurança pública, bem como analisar a atuação do município de Pelotas dentro da segurança pública, aprofundando-se na política pública Pacto Pelotas Pela Paz, avaliando sua efetividade e impacto local. Quer-se realizar pesquisa qualitativa, que será desenvolvida em duas frentes. A primeira, através de pesquisa bibliográfica e documental, já a segunda, se dará com pesquisa empírica de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais serão problematizadas com base no conteúdo extraído. Sobre a pesquisa, cabe destacar que, a segurança pública é um dilema que tem preocupado, legitimamente, milhares de brasileiras e brasileiros, que acuado diante dos altos índices de criminalidade no Brasil, clamam pela intervenção pública na busca de soluções. Destaca-se que, especialmente no período de 2007 a 2014, houve uma reformulação estrutural das políticas e ações acerca do tema. Dentro dessa reformulação, foi proposta a descentralização da segurança pública, o que possibilitar um maior envolvimento dos estados e municípios nesse setor. Em Pelotas, especialmente a partir de 2016, se verificou um movimento mais significativo da inserção municipal neste campo, já que é neste ano que se criou o primeiro fundo de segurança pública, seguido da criação de uma Secretaria de Segurança Pública e a implantação do programa Pacto Pelotas Pela Paz-PPPP, em 2017. O Pacto Pelotas Pela Paz trata-se de uma política de segurança pública que se objetiva em reduzir os crimes dolosos contra vida e crimes contra o patrimônio, sendo construído e implementado sobre os eixos de prevenção e repressão, tendo como ideia a articulação de estratégias para redução da criminalidade em conjunto com as principais instituições jurídicas, penais e educacionais, presentes no município. Após seis anos da implementação do PPPP, verifica-se nas mídias locais a divulgação de um grande sucesso da política pública, a partir disto, surgem os questionamentos: “até onde uma política municipal de segurança pública pode modificar o cenário criminal de um município?” e “será a municipalização/descentralização da segurança pública o melhor modelo de política de Estado para o tema?”. Com isto, se insurge um novo modelo de segurança pública, a municipalização da segurança pública, modelo que busca

trazer para os municípios uma espécie de autonomia para gerir a problemática envolvendo a criminalidade local, fazendo do município cogestor da segurança, e por isto, descentralizando a responsabilidade com o tema. Nesse passo, a pesquisa visa se aprofundar no entendimento das políticas de segurança pública municipais, com foco específico na experiência de Pelotas, para que se entenda o impacto e eficácia deste modelo, provocando a reflexão sobre o planejamento de segurança pública com mais probabilidade de êxito, e possibilitando a construção de projetos que de fato resultem em melhorias tanto para Pelotas, como para demais centros urbanos.

## ASPECTOS GENEALÓGICOS DA ORDEM PÚBLICA: ENTRE A SEGURANÇA E A REPRESSÃO

Pedro Postal

O objetivo principal é analisar em que medida e de que modo a utilização do dispositivo da ordem pública, que possui natureza de segurança pública, impacta o campo processual penal, contribuindo para o entendimento crítico das implicações do conceito de “ordem pública” nas decisões do processo penal brasileiro. Este conceito está intrinsecamente ligado ao tema da segurança, que inicialmente era de natureza nacional, evoluiu para uma esfera pública e, ao longo do século XX, transformou-se em um componente essencial do ambiente urbano. Essas mudanças foram importantes para percebermos que em um momento o comportamento coletivo e individual pode ser considerado inútil, inoportuno ou nocivo, já, em outros tempos, pode ser redefinido de forma mais agressiva, como intolerável, ameaçador, ou como sintoma. A nossa evolução como sociedade não consegue esconder as marcas das longas perseguições contra determinados grupos, em razão da raça, religião, forma de vida, características gerais, que abriram optaram pela violência deliberada para impor sua dominação. Embora o conceito de ordem pública esteja comumente associado ao exercício do poder nos Estados Nacionais, sua natureza é permeada por ambiguidades, muitas vezes vinculadas à ideia de “precaução” em relação ao meio social. Essa concepção se alinha com a lógica subjacente à estruturação das Secretarias Estaduais de Segurança Pública no Brasil. Para iniciarmos esse trabalho e construir a ideia que se deseja, é necessário esboçarmos algo que se traduz muito mais do que uma mera expressão, um fenômeno, mas antes de tudo, um dispositivo discursivo. Sendo, assim, necessário compreender o que está por trás do termo ordem pública. No contexto do sistema de justiça criminal brasileiro, o conceito de “ordem pública” historicamente desempenhou um papel fundamental na formulação de políticas e na tomada de decisões relacionadas à segurança pública. Este estudo visa investigar em que medida e de que modo esse conceito influencia as decisões no âmbito do processo penal brasileiro, com foco particular no uso e na aplicação das medidas cautelares. Por esse viés, Brasil enfrenta um grande problema no que se refere a reviver costumes autoritários, tendo em vista o uso exacerbado do poder punitivo estatal como forma de resolver todos os problemas, principalmente, criminais. O efeito vem sendo reverso, de tal maneira que hoje, o Brasil enfrenta superlotação como maior problema a ser enfrentado no campo prisional, e, a prisão cautelar, vem sendo um das principais responsáveis por este agravamento. O uso descontrolado desta medida, sob justificativa de ordem pública, apenas nos afasta da solução, já que sua intenção é clara: afastar o indivíduo não desejável da sociedade. No que tange à metodologia, terá caráter qualitativo, buscou-se utilizar de uma pesquisa bibliográfica investigando a apropriação da segurança pública do dispositivo

**Seminário Interno de Pesquisa GITEP / Linha 2**  
**Uma comunidade intelectual livre**

da Ordem Pública e sua aproximação com o Processo Penal brasileiro, traçando em paralelo a essa temática, o sistema de justiça criminal. Utilizando também como recorte as decisões em audiência de custódia no Município de Pelotas/RS, análise que vem sendo feito na pesquisa desenvolvida pelo PPG-PSDH denominada "Audiência de Custódia e Acesso à Justiça Penal: Perspectivas a partir da Comarca de Pelotas/RS".

## Resumos da 5ª Sessão

### Egressas convidadas

Dra. Flávia Giribone Acosta Duarte - Famílias binacionais de pessoas privadas de liberdade e proteção social na fronteira: um estudo comparativo nas cidades gêmeas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)

Ms. Jiulia Estela Heling - Os desafios da Defensoria Pública na garantia de acesso à justiça dos presidiários: um estudo de caso na comarca de Pelotas, RS

### Pós-Graduandas:

Angélica Martins Mendes Brusamarello (Mestrado) - A importância das iniciativas e Políticas Sociais na prevenção e combate à violência contra a mulher no município de Pelotas-RS

Nilva Oliveira de Oliveira (Mestrado) - Impactos do processo de regionalização do encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande



## **FAMÍLIAS BINACIONAIS DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NA FRONTEIRA: UM ESTUDO COMPARATIVO NAS CIDADES GÊMEAS DE SANTANA DO LIVRAMENTO (BRASIL) E RIVERA (URUGUAI)**

Flavia Giribone Acosta Duarte

Assumindo como premissa que a fronteira é muito mais do que uma linha divisória territorial, esta pesquisa tem como objeto o acesso à proteção social por famílias binacionais de pessoas privadas de liberdade nas cidades gêmeas e conurbadas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). O problema de pesquisa se inspira no instituto previdenciário do auxílio-reclusão, originalmente criado em 1933, no âmbito do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), e que consiste em forma de proteção da família diante do risco social de prisão. A pesquisa, de natureza qualitativa, constitui-se como um estudo de caso, tendo como objetivo analisar a complexidade da dinamização da proteção social em contextos de fronteira e suas populações binacionais, utilizando-se para tal do estudo dos desafios existentes àquelas para acessar o sistema de proteção ao risco e vulnerabilização social decorrentes da prisão de um membro da família, baseando-se, para a nossa compreensão, na teoria da complexidade de Edgar Morin. As estratégias de pesquisa incluem a análise documental e entrevistas semiestruturadas com familiares de pessoas privadas de liberdade. Evidencia-se que, não obstante no lado brasileiro exista o instituto do auxílio-reclusão, específico para familiares de privados de liberdade, esse instrumento de proteção social é menos universal se comparado às políticas sociais que familiares de presos uruguaios podem acessar em seu país. As famílias entrevistadas mostram desinformação acerca de direitos sociais dos dois lados. As dinâmicas não funcionam de modo a manejar os dois sistemas de proteção, mas sim se articulam no sentido de acesso de acordo com a informação que tem ou de acordo com a nacionalidade que a entrevistada se sente mais confortável. Pensando nesse contexto de fronteira, que a priori, busca integração, essa não foi percebida em se tratando de proteção social às famílias binacionais de pessoas presas. Mesmo com a coexistência de dois sistemas, muitas das famílias entrevistadas não conseguem acessar de forma plena em nenhum dos dois países. Pode-se concluir que, na verdade, a falta de proteção social está diretamente relacionada com outras ausências, como a falta de documentação e falta de informação, bem como a falta de sensibilidade ao lidar com peculiaridades da fronteira. A junção de debilidades nos acessos coloca essas famílias binacionais cada vez mais à margem do Estado, ou dos Estados. A pesquisa nos evidencia que não há uma impossibilidade de proteção social, apesar dos sistemas não estarem dialogando entre si, existem em ambos os países caminhos viáveis de receber alguma

assistência. Não parece que em última instância essencialmente um seja melhor do que o outro, o problema maior é a invisibilidade da peculiaridade das famílias binacionais. As políticas sociais nessas regiões de fronteira devem enfrentar essa realidade, encontrando formas ou campanhas de conscientização e atenção para a problemática desta questão de falta de documentação e, em consequência, falta de acesso ao sistema de proteção social.

## **OS DESAFIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA NA GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA DOS PRESIDIÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO NA COMARCA DE PELOTAS, RS**

Julia Estela Heling

Este trabalho, vinculado à linha de pesquisa Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça, lança o olhar sobre os desafios da Defensoria Pública como garantidora de acesso à justiça dos presidiários da Comarca de Pelotas, RS. O objetivo foi analisar as figurações existentes entre os atores do Sistema de Justiça Criminal, a partir da perspectiva da Defensoria Pública e como esta relação se estabelece. Utilizamos a noção de figuração de Norbert Elias e o par regulação–emancipação de Boaventura de Sousa Santos. Elegemos como metodologia o estudo de caso, fazendo uso de documentos, observação direta e entrevistas semiestruturadas para compor nossa análise. Frente aos dados obtidos pudemos observar se tratar o acesso à justiça no âmbito da questão penitenciária como *sui generis*, uma vez que não está em jogo exclusivamente o seu aspecto formal, mas sim a utilização da Defensoria Pública como órgão estatal capaz de dar visibilidade a uma parcela da sociedade esquecida no interior dos muros do cárcere. Como resultados tivemos que, mesmo que de modo informal há uma espécie de hierarquia entre as instituições participantes da figuração observada, as relações estabelecidas estão em um nível de cooperação entre indivíduos e não propriamente entre instituições, em determinados momentos a instituição Defensoria Pública parece não reconhecer a real complexidade do sistema no qual seus representantes atuam, o espaço da prisão figura como uma sociedade paralela representando a maior particularidade encontrada no trabalho. O ambiente intramuros é composto por figurações próprias, não há sala para realização dos atendimentos da Defensoria Pública com seus assistidos, a dificuldade de deslocamento dos presos no interior do presídio faz com que a reação cabível seja o atendimento nas “bocas das galerias”, visando driblar a dificuldade de locomoção. Além deste aspecto importante da prisão, outro fator relevante é a relação que a Defensoria Pública necessita estabelecer com o “jurídico” de cada galeria, uma vez ser ele o mediador entre Defensoria e apenado assistido, exercendo papel de poder importante. Logo, o espaço intramuros requer uma adaptação às figurações que ali se estabelecem. Frente a este ambiente complexo, a Defensoria Pública não consegue avançar para um acesso à justiça que objetive superar o sistema vigente, desenvolve seu trabalho dentro dele. Porém, ela é capaz de dar visibilidade aos apenados da Comarca de Pelotas, cumprindo assim com sua função mais que típica de acesso à justiça, ultrapassando a mera representação processual. Assim, a Defensoria Pública ainda demonstra ser a instituição com a maior capacidade de figurar como possibilitadora de emancipação aos apenados em um futuro, a partir do enfrentamento direto de suas dificuldades.

## **A IMPORTÂNCIA DAS INICIATIVAS E POLÍTICAS SOCIAIS NA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS**

Angélica Martins Mendes Brusamarello

Após uma pequena explanação sobre vulnerabilidade social e as diferenças que acercam as mulheres na nossa sociedade, o problema de pesquisa para o projeto é sim atual e pode na sua conclusão enaltecer e engrandecer o conhecimento, onde se constituído através do questionamento “como as ferramentas, metodologias do direito e políticas sociais auxiliam na luta contra a discriminação de mulheres em Pelotas/RS?”. Analisar as políticas sociais existentes no Rio Grande do Sul, especialmente em Pelotas, voltadas a prevenção e combate à violência contra mulheres e meninas. Buscando compreender e mapear as iniciativas que existem em Pelotas, no setor judiciário, programas da prefeitura, iniciativas da política PELOTAS PELA PAZ no que tange a violência contra a mulher, e o quanto essas ações contribuem para combater e prevenir a violência de gênero. De acordo com os dados divulgados pelo Observatório da Violência Contra a Mulher da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, entre os meses de janeiro e outubro de 2023, Pelotas apresentou 55 estupros, 856 ameaças, 587 lesões corporais, 4 feminicídios consumados e 2 tentativas de feminicídios, representando os maiores índices entre os municípios do COREDE SUL. Tais dados reforçam a importância de estudos como esse para a região. Dessa forma, o projeto tem como objetivo geral desdobrar iniciativas e políticas sociais que auxiliam na prevenção e combate à violência contra a mulher no município de Pelotas - RS. Com ênfase em analisar o Pacto Pelotas Pela Paz, que na sua elaboração considerou iniciativas de mobilização em Pelotas voltadas para eliminar as mais diferentes formas de violência contra mulheres. Entre os objetivos específicos estão: conhecer o plano de segurança pública Pacto pela Paz de Pelotas; mapear as iniciativas e políticas públicas na prevenção e combate à violência contra mulher em Pelotas; identificar lacunas e fragilidades, avanços e retrocessos no período de implementação do Pacto (2017) relacionado a violência de gênero; e identificação dos atores institucionais que atuam no combate e prevenção, redes de atuação pelo Pacto pela Paz (COMDIM, GAMP). A metodologia consistirá de revisão de literatura, entrevistas e mapeamento dos dados. A base da metodologia será constituída por levantamento bibliográfico, onde para responder o questionamento levantado será feita pesquisa em livros, artigos, revistas e a web que dispõem sobre o assunto, visando assim enaltecer o conhecimento para leigos, acadêmicos e a sociedade. O método escolhido para desenvolvimento das entrevistas será o entrevistas semiestruturadas, que tem como premissa a utilização de certos questionamentos básicos, os quais são apoiados em teorias e hipóteses que interes-

sam à pesquisa, oferecendo um amplo campo de interrogativa, originados da constituição de novas hipóteses, à medida que se recebem as respostas dos sujeitos. Para compreender a situação do município, será desenvolvido o mapeamento de dados produzidos sobre violência de gênero no RS e especificamente em Pelotas. Os atores a serem entrevistados serão a delegada responsável pela Delegacia da Mulher, a Defensoria e Promotoria Pública, a Juíza da Vara de Violência Doméstica, o Conselho da Mulher, representantes do executivo de Pelotas (Prefeita ou responsáveis pelo Pacto pela paz), e Organizações Não Governamentais que atuam com mulheres.

## IMPACTOS DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DO ENCARCERAMENTO FEMININO NA 5ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE

Nilva Oliveira de Oliveira

A população prisional feminina no Brasil experimentou um aumento significativo no período compreendido entre os anos 2000 e 2006. Contudo, as políticas penais destinadas a essa população não têm demonstrado eficácia na salvaguarda das especificidades de gênero e nos direitos assegurados pela Lei de Execução Penal. O propósito primordial do presente estudo é realizar uma análise aprofundada do fenômeno do encarceramento feminino no Brasil, com foco na investigação do processo de regionalização implementado na 5ª Região Penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul. O campo de pesquisa será a Penitenciária Estadual de Rio Grande, responsável pelo acolhimento de todas as mulheres submetidas a pena privativa de liberdade na mencionada região. A 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul abrange a porção geográfica situada no extremo sul do estado e engloba seis centros prisionais localizados nos municípios de Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Até o ano de 2018, as mulheres encarceradas estavam distribuídas entre essas diversas unidades prisionais existentes nos municípios do estado. No referido ano, ocorreu o processo de regionalização do encarceramento feminino na Penitenciária Estadual de Rio Grande. A regionalização do encarceramento refere-se à estratégica alocação de detentos em distintas áreas geográficas dentro de um sistema prisional. Este procedimento visa melhorar a gestão carcerária, levando em consideração vários aspectos: como a capacidade das instituições prisionais e sua localização geográfica. Envolve a transferência de custodiados entre unidades, a implementação de novas instalações ou a designação de determinadas prisões para categorias específicas de detentos. Ainda, tal processo demanda um planejamento minucioso a fim de mitigar desafios inerentes aos direitos humanos e ao acesso à justiça. Sob, esse cenário, será respondida a seguinte problemática: as dinâmicas do aprisionamento feminino na Penitenciária Estadual de Rio Grande: avanços e retrocessos no que tange à garantia de direitos fundamentais? A fim de abordar a indagação proposta, proceder-se-á à análise da condição da figura feminina no âmbito do sistema prisional brasileiro, e mais especialmente no estado do Rio Grande do Sul. Adicionalmente, será realizado o mapeamento do perfil sociodemográfico das mulheres privadas de liberdade que estão cumprindo pena na Penitenciária Estadual de Rio Grande e a captação das percepções dos atores envolvidos no processo de regionalização do encarceramento feminino. A pesquisa em questão se propõe a analisar em que medida o processo de regionalização tem contribuído, ou não, para assegurar às mulheres privadas de liberdade na Penitenciária Estadual de Rio Grande, os direitos fundamentais à saúde, à educação, ao trabalho, à assistência jurídica, bem como, para a preservação dos vínculos familiares

## ÍNDICE DE RESUMOS

### A

- 21** A (des)atenção das políticas penais em relação aos filhos das pessoas encarceradas
- 38** A cadeia de custódia e a (não) aplicação do instituto nos procedimentos criminais de Pelotas
- 36** A efetividade da atuação municipal em segurança pública: Pelotas no centro da discussão
- 20** A feminização da pobreza: a realidade das mães solas da escola infantil  
Dom Antonio Zattera
- 44** A importância das iniciativas e Políticas Sociais na prevenção e combate à violência contra a mulher no município de Pelotas-RS
- 19** A jornada da maternidade: uma análise do acesso à saúde de mulheres grávidas encarceradas
- 10** A violência institucional e o micropoder exercido nos órgãos de segurança pública
- 38** Aspectos genealógicos da ordem pública: entre a segurança e a repressão

### D

- 15** Direito Penal Militar e Direitos Humanos: análise da violência hierárquica na tradição militar brasileira

### E

- 9** Entre paradigmas e o branding: o case da municipalização da segurança pública em Pelotas-RS
- 26** Estrangeiros uruguaios presos: uma agenda para questão penitenciária no Rio Grande do Sul

**Seminário Interno de Pesquisa GITEP / Linha 2**  
**Uma comunidade intelectual livre**

**F**

- 41** Famílias binacionais de pessoas privadas de liberdade e proteção social na fronteira: um estudo comparativo nas cidades gêmeas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)

**I**

- 46** Impactos do processo de regionalização do encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande
- 23** Inteligência artificial e Poder Judiciário: o dilema do uso de robôs-juízes para fins de decisão em relação às garantias individuais e estruturais do direito fundamental de acesso à Justiça

**L**

- 30** Literatura e prisão - uma análise cartográfica do discurso literário de pessoas privadas de liberdade

**O**

- 29** O caso dos brasileiros presos no Centro Penitenciário de Rémire-Montjoly
- 43** Os desafios da Defensoria Pública na garantia de acesso à justiça dos presidiários: um estudo de caso na comarca de Pelotas, RS

**P**

- 13** Pelo direito a vida: uma análise do neoconservadorismo na disputa pelo direito ao aborto
- 17** Poderá o monitoramento eletrônico de presos ser emancipatório? um estudo de caso sobre a implementação do monitoramento eletrônico de pessoas na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul
- 27** Polícia Penal no Rio Grande do Sul: avanços e/ou retrocessos nas Políticas de Serviços Penais
- 12** Políticas Públicas de Segurança: Observatórios Gabinetes Integrados da Região Sul do Rio Grande do Sul



**Seminário Interno de Pesquisa GITEP / Linha 2**  
**Uma comunidade intelectual livre**

**25** Prisão e remição por leitura: estudo de caso em Pelotas, Rio Grande do Sul

**R**

**35** Redpill e machosfera: violência neomachista e extrema direita  
m uma análise de discurso

**U**

**18** Uma análise do direito à educação na Penitenciária Estadual de Rio Grande

**V**

**32** Vulnerabilidade etária no cárcere: ausência de reconhecimento do idoso  
nas políticas públicas penitenciárias brasileiras

## ÍNDICE DE AUTORAS E AUTORES DE RESUMOS

### **A**

Angélica Martins Mendes Brusamarello - 44

### **D**

Douglas de Souza Garbe - 10

### **F**

Flávia Giribone Acosta Duarte - 41

### **I**

Ingrid Fagundes Ziebell - 33

### **J**

Jiulia Estela Heling - 43

José Mário Brem da Silva Junior - 17

Julia Cristina Marques Vilas Boas - 35

### **K**

Kananda Peixoto Nunes Nunes - 36

### **L**

Lara Botelho Crochi - 25

### **M**

Marcelo Rossabach Aldado - 12

Mariane Braga dos Santos - 18

Marina Beier - 19

Marina Nogueira Madruga - 27

Marina Portella Ghiggi - 32

Miguel Antônio da Silveira Ramos - 23

### **N**

Nathalia Pôrto Pereira - 26

Nilva Oliveira de Oliveira - 46

### **O**

Otávio Luís Siqueira Couto - 29

### **P**

Patrícia Dutra Frank - 20

Pedro Postal - 38

### **R**

Rafaela Peres Castanho - 21

Raíssa Ferreira Miranda - 13

Rita de Cássia Sodré Silva - 30

### **S**

Samuel Malafaia Rivero - 9

### **W**

Wendell Petrachim Araujo - 15



**Universidade Católica de Pelotas - UCPel**

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos

Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça

GITEP – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários

**ISBN - 978-65-00-92455-8**